

# PREFÁCIO

**Em 2020, um mero conjunto de moléculas abalou o mundo inteiro.**

**Invisível ao olho humano, um vírus muito localizado desencadeou uma pandemia global com uma rapidez notável. Independentemente do que se venha a provar como sendo a sua génese precisa, o coronavírus (COVID-19) e as suas fatalidades em massa evoluíram em parte graças ao nosso ambiente global de desigualdades cada vez mais profundas e amplas entre países e em cada um deles.**

**As políticas de austeridade, que enfraqueceram os sistemas e infraestruturas de saúde pública, e uma arquitetura internacional fraca na forma, função e liderança, só pioraram a situação, que também foi exacerbada pela pressão dos chefes de Estado, que demonizaram e excluíram, impondo conceitos arcaicos da soberania do Estado e propagando abordagens negacionistas da ciência, da evidência e das normas universais.**

Estes são tempos excecionais. Temos estado à altura do desafio?

Tempos excecionais obrigam a respostas excecionais e exigem uma liderança excecional. Em 2020, a liderança excecional não veio do poder, de privilégio ou de lucros. Em vez disso, veio de enfermeiros, médicos e outros profissionais de saúde na linha da frente de serviços que salvam vidas. Veio de quem cuidou das pessoas mais idosas. Veio de técnicos e cientistas que executam milhões de testes e estudos, freneticamente à procura de vacinas. Veio de todas as pessoas que, tantas vezes no patamar mais baixo da escala de rendimentos, trabalharam para alimentar as restantes de nós; que limpavam as ruas; que cuidaram dos corpos das centenas de milhares de falecidos; que repararam os nossos serviços essenciais; que patrulharam as nossas ruas; que conduziram o que restou do nosso transporte público.

Em 2020, enquanto tanto do mundo fechava, foram essas pessoas que se levantaram, que se destacaram. Tal como aquelas que, solidariamente, ficaram em casa (se é que a tinham), que mantiveram uma distância física emocionalmente custosa, e que cuidaram de quem as rodeava.

Mas, por detrás desse heroísmo, os tempos de pandemia expuseram as consequências devastadoras do estrutural e histórico abuso de poder. A pandemia da COVID-19 pode não definir quem somos, mas certamente amplificou aquilo que não devemos ser.

Vendo isto claramente, mais uma vez as pessoas levantaram-se. Ergueram-se contra a desigualdade, ergueram-se contra a violência policial dirigida desproporcionadamente contra pessoas negras, contra minorias, pessoas pobres e sem-abrigo. Ergueram-se contra a exclusão, o patriarcado e a retórica odiosa e a conduta cruel da liderança supremacista. As exigências dos movimentos ‘Black Lives Matter’ e #MeToo ecoaram por todo o mundo. Protestos públicos contra a repressão e a desigualdade desaguaram nas ruas da Bielorrússia à Polónia, do Iraque ao Chile, de Hong Kong à Nigéria. Muitas vezes, com risco para a sua própria segurança, foi a liderança dos defensores dos direitos humanos e ativistas por justiça social em todo o mundo que nos motivou.

Por vezes, vimos vislumbres de liderança política excecional, muitas vezes de mulheres dirigentes, que tomaram decisões ousadas e difíceis para proteger vidas, sustentar sistemas de saúde, fazer os investimentos necessários para se encontrarem soluções imediatas a uma velocidade sem precedente, e distribuir apoio económico desesperadamente necessitado por aqueles cujos meios de subsistência tinham desaparecido.

Mas a pandemia também amplificou os medíocres e os mentirosos, os egoístas e os fraudulentos entre os líderes políticos mundiais.

Enquanto escrevo estas linhas, os países mais ricos têm assegurado um quase monopólio do fornecimento mundial de vacinas, deixando países com menos recursos a enfrentarem os piores desfechos em termos de saúde e direitos humanos e, por conseguinte, a perturbação económica e social mais duradoura.

E enquanto milhões de pessoas morrem, e que outros milhões perdem o seu sustento, como encaramos o facto de os rendimentos dos grandes bilionários terem subido, de os lucros das gigantes tecnológicas terem disparado, de os mercados bolsistas dos centros financeiros mundiais terem crescido?

Crucialmente, quais são as suas propostas para assumirem a sua justa parte do fardo da pandemia; para assegurar uma recuperação justa e equitativa de forma duradoura? Em inícios de 2021, permanecem em silêncio sobre isto.

Como é possível que, uma vez mais e desta vez sob uma pandemia, a economia global tenha significado que foi quem menos tinha quem mais deu?

2020 também revelou a fraqueza da cooperação internacional: um sistema multilateral em desagregação submisso aos mais poderosos e providenciando ineficazmente aos mais fracos; um sistema incapaz, quando não relutante, de ampliar a solidariedade global. A irresponsabilidade grosseira da China nos primeiros dias da pandemia, ao suprimir informações cruciais, foi absolutamente catastrófica, enquanto a decisão dos EUA de se retirarem da Organização Mundial de Saúde (OMS) em plena pandemia mostrou um desrespeito flagrante pelo resto do mundo.

Meias-medidas insignificantes – como a decisão do G20 de suspender os reembolsos da dívida a 77 países em 2020, enquanto exigia que o dinheiro fosse mais tarde reembolsado com juros – ameaçaram aprofundar as desigualdades estruturais e as dificuldades económicas na recuperação pandémica, potencialmente com graves consequências para os direitos económicos e sociais de milhões de pessoas.

Após anos de fracasso magistral, 2020 forneceu apenas mais provas de que as nossas instituições políticas globais não estão aptas para o propósito global que deveriam servir. A pandemia evidenciou a crua realidade da incapacidade do mundo para cooperar eficaz e equitativamente perante um evento global de baixa probabilidade e de alto impacto. Desta forma, dificilmente podemos evitar uma sensação de perigo iminente, uma vez que, olhando para o futuro, contemplamos uma crise de uma magnitude muito superior e para a qual não existe vacina: a crise climática.

Em 2020, milhões de pessoas sofreram os efeitos catastróficos de eventos climáticos extremos. Desastres, exacerbados pelo aquecimento global e por instabilidade climática, afetaram severamente para milhões de pessoas o exercício dos seus direitos à vida, a alimentação, à saúde, à habitação, à água e a saneamento, entre outros: desde secas prolongada na África Subsariana e na Índia até devastadoras tempestades tropicais que varreram o Sudeste Asiático, as Caraíbas, a África do Sul e o Pacífico, passando pelos incêndios catastróficos que atingiram a Califórnia e a Austrália. E em resposta? O compromisso dos países desenvolvidos, ao abrigo do Acordo de Paris, de assegurar pelo menos 83,7 mil milhões de Euros de financiamento climático para os países em desenvolvimento até 2020 simplesmente não foi cumprido. E os Estados falharam manifestamente em avançar os compromissos necessários para cumprir a meta de 2030 de reduzir para metade as emissões globais de gases com efeito de estufa. É necessária uma mudança drástica de rumo para evitar um aumento da temperatura global superior a 1.5°C acima de níveis pré-industriais, que desencadeariam consequências irreversíveis.

2020: 366 dias que viram o fomento de egoísmo letal, da cobardia, da mediocridade e falhas tóxicas com origem em xenofobia e ódio racial. 366 dias que ilustraram o quão inalterado e contemporâneo é o legado violento de séculos de racismo, patriarcado e desigualdade. Mas 366 dias que também nos ofereceram ricas fontes de inspiração para a nossa força e resiliência enquanto família humana; dias que mostraram a determinação das pessoas na defesa dos seus direitos e por uma recuperação da pandemia justa e equitativa.

Tempos excepcionais obrigam a respostas excepcionais e exigem liderança excepcional. Portanto, o que precisamos que aconteça para criar um mundo muito mais resiliente aos enormes desafios que temos pela frente?

As bases para uma sociedade global sustentável pós-pandemia não assentam apenas em recuperação. Exigem responsabilização, direitos humanos e um repensar e reformular da nossa relação com o nosso habitat, o ambiente e a economia.

No imediato, é imperativo que as autoridades trabalhem para acelerar a produção e entrega de vacinas para o mundo inteiro. Esta é uma prova fundamental, mesmo elementar, à capacidade do mundo para cooperar: pensar globalmente, agir localmente e planejar a longo prazo. Isto inclui apoiar uma renúncia do acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio, que permitirá uma tão necessária produção alargada de produtos de saúde para combate à COVID-19, garantindo que as empresas farmacêuticas partilhem as suas inovações e tecnologia através de licenças e iniciativas abertas e não exclusivas, tais como o Grupo de Acesso à Tecnologia da Covid-19 (C-TAP) da OMS. Para além desse primeiro passo, uma recuperação alicerçada em "reconstruir melhor" exigirá mais do que um recomeço. Requer uma reconfiguração que aborde as causas fundamentais da crise protegendo e respeitando direitos de forma indivisível e universal.

Em primeiro lugar, exige o fim da agenda dos governos no sentido de aumentar a "segurança" que, desde os ataques de 11 de setembro de 2001, tem impulsionado uma supressão generalizada do espaço cívico, e que foi até intensificada durante a pandemia. Essa agenda, que disfarça de normalidade alguns poderes executivos e de policiamento extraordinários, arrisca a tornar-se permanente. Tem de ser desmontada.

Em segundo lugar, a recuperação justa e sustentável exige a reconfiguração dos regimes de tributação pública no mundo. É fundamental uma tributação adequada para mobilizar os recursos necessários para o cumprimento dos direitos económicos e sociais, incluindo os nossos direitos à saúde, à educação e à segurança social. Será essencial tributar os lucros transnacionais de maneira justa e compatível com os direitos humanos, e fazer esforços conjuntos para acabar com a evasão fiscal e com a agressiva fuga aos impostos.

Os Estados deviam estabelecer um novo imposto sobre os combustíveis fósseis que incida sobre os benefícios e sobre os pagamentos aos acionistas das empresas de energia derivados das suas atividades que tenham por base esses combustíveis, a fim de pressionar os acionistas e as empresas a mudar para energias renováveis, e sem imputar o fardo principal aos consumidores.

Numa sociedade pós-pandemia não há lugar para tomadas de decisão míopes. Enquanto a economia global for dominada por investimentos mal regulados, especulativos e híper-gananciosos em ativos com altos níveis de emissões de carbono, a crise climática só se aprofundará, trazendo consigo múltiplas violações dos direitos humanos e acelerando o avanço em direção a uma situação irreversível, que colocará em perigo a própria existência da família humana.

Em terceiro lugar, devemos aceitar o facto de que um Estado soberano agindo por conta própria e em função dos seus próprios interesses está tão preparado para lidar com esses desafios globais quanto o travão de uma bicicleta está preparado para parar um avião de passageiros.

Reformar a governação global e redirecionar as instituições globais para fortalecerem e possibilitarem a concretização dos direitos humanos é condição prévia para uma recuperação robusta. Não podemos aceitar a abordagem de "seleção cuidadosa" adotada por alguns Estados, que tiram as suas cerejas preferidas do bolo de governação global enquanto deixam para trás os ingredientes "inconvenientes" dos direitos humanos, da responsabilidade e da transparência.

A governação global adequada ao seu propósito exige um escrutínio global da forma como as normas e padrões internacionais de direitos humanos são implementados para prevenir o genocídio e crimes contra a humanidade; o abuso de poder e a corrupção; a censura e a supressão implacável da dissidência; e a discriminação, o uso excessivo da força e as práticas de tortura por quem tem a missão de nos proteger.

A inovação, a criatividade e a inventividade de que necessitamos para encontrar o nosso caminho para uma recuperação sustentável e resiliente exigem que se mantenham, defendam e protejam as nossas liberdades, não que se reduzam. A governação global não cumprirá a sua função global até que – e a menos que – o envolvimento sistemático com a sociedade civil, e a sua valorização e respeito, estejam profundamente enraizados nas suas operações. Temos de exigir isso. Temos de reivindicar isso. Temos de

nos organizar para isso. E, enquanto sociedade civil, também temos de garantir que estamos aptos para isso.

2020 ensinou-nos, mais uma vez, lições que ignorámos em prejuízo das gerações vindouras: a interdependência da família humana; a universalidade daquilo que "nós, os povos" necessitamos da governação em tempos de crise, e quão indivisível é o nosso futuro do futuro que estamos a criar para o nosso planeta. Por outras palavras, voltou a ensinar-nos a essência dos direitos humanos.

A pergunta que falta responder é: seremos suficientemente audazes para vermos o que deve ser feito, e suficientemente corajosos para o fazermos, em escala e em ritmo?

Agnès Callamard

Secretária-Geral